



Demonstrações Contábeis

Combinado Sicoob **ES** | Exercício **2020**

Balanço combinado das cooperativas referente ao exercício 2020.



SICOOB

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.Sas o relatório da administração e as correspondentes demonstrações contábeis combinadas do exercício de 2020 do Sicoob Espírito Santo – Sicoob ES em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br)

As Cooperativas que compõem o Combinado do Sicoob Espírito Santo, conforme sua participação no capital social do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) são:

Cooperativas	CNPJ	31/12/2020	31/12/2019
Sicoob Sul Litorâneo	32.474.884/0001-02	10.381	7.812
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	33.996	27.091
Sicoob Leste Capixaba	32.430.233/0001-10	49.689	37.797
Sicoob Centro-Serrano	31.804.966/0001-05	19.170	14.550
Sicoob Norte	31.815.293/0001-99	20.320	18.274
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	37.638	29.497
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	11.531	8.317
Total		182.725	143.338

1. Política Operacional

Em 2020, o Sicoob ES completou 31 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa atrativa para investimentos, obtenção de crédito e utilização de serviços financeiros. A distribuição dos produtos e serviços aos cooperados e comunidade em geral é realizada através dos pontos de atendimento físicos e por meio digital.

Os produtos e serviços do Sicoob ES são idealizados levando em consideração as necessidades dos cooperados e o alcance da nossa visão empresarial que é “ser referência em cooperativismo, promovendo o desenvolvimento econômico e social das pessoas e comunidade”.

2. Cenário Econômico

O ano de 2020 foi marcado globalmente pelos impactos da pandemia de covid-19, em um evento sem precedentes na história econômica moderna e que teve implicações igualmente sem paralelo em termos de reflexos nas economias e no modo de vida das populações. A adoção de medidas fortemente restritivas, a fim de conter o avanço do contágio, provocou um temporário colapso conjunto das condições de oferta e demanda, resultando em quedas nunca observadas dos índices de atividade econômica em praticamente todos os países.

Ao longo do 2º semestre as economias mostraram uma recuperação parcial a partir dos momentos mais críticos, porém a segunda onda da pandemia em diversas regiões renovou os temores de reversão dessa retomada. No Brasil, a economia acompanhou a mesma tendência internacional, com as preocupações agravadas pela percepção de uma herança fiscal bastante crítica em um contexto político permanentemente turbulento.

Os principais indicadores nacionais de atividade econômica mostraram impactos da pandemia a partir de março, quando medidas de isolamento social começaram a ser tomadas. A partir de maio, os números mostraram uma tendência de recuperação, embora a retomada tenha ocorrido de forma heterogênea entre os setores.

Com base nos números divulgados até novembro, o segmento mais avançado na recuperação foi o comércio varejista, cujo nível das vendas medidas pela PMC- IBGE estava 7,3% acima do verificado em fevereiro. O consumo de bens foi beneficiado de duas formas durante este período atípico. De um lado, o auxílio emergencial do governo federal injetou R\$ 275 bilhões, até novembro, segundo dados do Tesouro Nacional, montante crucial para a sustentação do consumo, em especial das famílias mais fragilizadas e dos trabalhadores informais. De outro, a mudança de hábitos forçada pela pandemia levou as pessoas a dispenderem menos recursos com serviços, incluindo viagens, entretenimento e alimentação fora do domicílio, o que liberou renda para a aqui-

sição de bens. Diante da recuperação observada nos últimos meses, o índice da Pesquisa Mensal de Comércio acumulou alta de 1,1% entre janeiro e novembro, na comparação com o mesmo período de 2019.

O setor industrial também tem mostrado uma dinâmica positiva nos últimos meses, tendo alcançado em novembro nível 2,6% acima de fevereiro (dados da PIM-IBGE). No acumulado do ano até novembro a produção industrial ainda apresenta recuo de 5,5%, reflexo da paralisação da produção ocorrida principalmente nos meses de abril e maio.

O setor de serviços manteve-se como o mais lento no processo, o que não surpreende diante dos impactos mais adversos sofridos por estas atividades – em novembro a PMS-IBGE mostrava o índice 3,2% abaixo de fevereiro. No acumulado entre janeiro e novembro, o volume de serviços apresentou recuo de 8,4% na comparação com o mesmo período de 2019.

Sendo um indicador geral da atividade econômica, o índice IBC-Br apresentou, em novembro, a sétima alta consecutiva na margem. Após recuar 15% nos meses de março e abril, que foram os mais críticos do ponto de vista do travamento da economia, o índice subiu 15,3% nos meses subsequentes. Com isso, o nível alcançado em novembro ficou apenas 1,9% abaixo do registrado em fevereiro. Já no acumulado do ano até novembro, o IBC-Br apresenta perda de 4,6% ante o mesmo período de 2019.

Até o 3T, o PIB brasileiro apresentou queda de 5,0% em comparação ao observado nos três primeiros trimestres de 2019. Vale destacar a forte volatilidade observada ao longo de 2020, reflexo direto dos impactos da pandemia. Considerando os dados na margem, o PIB teve quedas de 1,5% no 1T e de 9,6% no 2T, exibindo uma importante retomada no 3T, quando cresceu 7,7%. Entre os setores mensurados pelo lado da oferta, o pior desempenho foi observado no PIB de Serviços, com queda de 5,3%, seguido pela Indústria (-5,1%). O único setor a apresentar crescimento no acumulado até o 3T foi a Agropecuária, com alta de 2,6% no período.

Estima-se que a produção de grãos e fibras crescerá 4,1% em 2020, de acordo com levantamento de janeiro da Conab. O resultado do PIB Agro em 2020 deve confirmar esse desempenho positivo, com crescimento estimado de 2,1% em relação a 2019. A expansão de 6,3% da produção de soja foi o principal fator dinamizador, sobretudo no 1T e 2T do ano, com avanços de 4,0% e 2,4% na comparação com iguais período de 2019, respectivamente.

Os setores do agronegócio foram beneficiados pela taxa de câmbio em níveis elevados em 2020, favorecendo as exportações do setor, que alcançaram cerca de US\$ 101 bilhões de acordo com dados compilados pelo Ministério da Agricultura (crescimento de 4,1% ante 2019), refletindo também o forte desempenho das vendas de café e açúcar no mercado internacional. A demanda externa favorável contribuiu para a capitalização dos produtores, sobretudo os de soja, incentivando maiores investimentos no setor.

O mercado de trabalho também apresentou oscilações acentuadas ao longo do ano. Tomando como base os dados da PNAD, que fornecem uma dimensão mais ampla do mercado de trabalho ao incluírem os informais, fica claro o quadro ainda anômalo do emprego. No trimestre encerrado em outubro, a taxa encontrava-se em 14,3%, abaixo do pico de 14,6% registrado no mês anterior, porém bem acima da mínima do ano, de 11,2% registrado em janeiro.

O mercado de crédito também foi fortemente impactado pelos desdobramentos da epidemia, porém com efeitos distintos de acordo com a finalidade das linhas. Os empréstimos direcionados para pessoas jurídicas ganharam um impulso expressivo, à luz da criação de linhas emergenciais de suporte às empresas. Com isso, no acumulado do ano até novembro, as concessões para PJ com recursos direcionados cresceram 107% em termos nominais, na comparação com o mesmo período de 2019, segundo dados divulgados pelo Banco Central. Ainda para PJ, as concessões com recursos livres cresceram apenas 6,5% até novembro. Por outro lado, as concessões para pessoas físicas com recursos livres sofreram um tombo expressivo nos meses de março e abril, retomando a tendência de alta desde então. Ainda assim, no acumulado até novembro há uma queda nominal de 2,0%. As concessões PF com recursos direcionados continuaram com dinâmica positiva, com alta de 20% até novembro – desempenho muito influenciado pelos empréstimos imobiliários.

A inadimplência apresentou tendência de alta nos primeiros meses da pandemia, mas reverteu a trajetória nos meses subsequentes. No caso dos empréstimos para pessoas físicas, a inadimplência alcançou uma máxima de 5,6% em maio (de 4,9% em janeiro), mas entrou em declínio nos meses seguintes até atingir 4,3% em novembro. Para pessoas jurídicas, a inadimplência alcançou a mínima histórica de 1,5% em outubro e novembro, após ter atingido um pico de 2,4% em abril e maio.

A inflação oficial, medida pelo IPCA, fechou o ano pressionada, com variação de 4,52%. Parte relevante da pressão observada no ano decorreu da alta dos preços de alimentos, em grande medida, ocasionada pela forte desvalorização cambial e aumento global do consumo destes itens, em virtude da pandemia.

Sob a perspectiva dos graves impactos econômicos da pandemia e de expectativas de inflação abaixo das metas traçadas, o Banco Central estendeu o processo de redução da taxa de juros, resultando no alcance do inédito patamar de 2% na reunião de agosto. A partir de então, a Selic permaneceu estabilizada neste patamar até o término de 2020, com o Copom reforçando que as condições atuais exigem um estímulo excepcionalmente elevado.

No âmbito estadual, a nossa economia teve desempenho acima da nacional, pois o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-ES) divulgado pelo BACEN, que antecede a divulgação do PIB, apresentou avanço da atividade econômica no acumulado do ano até novembro de 2020 na ordem de 0,90%, influenciado pelas vendas no comércio varejista ampliado (8,5%), principalmente de material de construção (90,7%). Os dados do IBC-Br e do IBCR-ES apontam para a manutenção da trajetória de recuperação das economias nacional e capixaba. No Espírito Santo, o indicador de novembro quase atingiu os patamares pré-pandemia, pois situou-se 0,2% acima do registrado em janeiro e -1,0% abaixo de fevereiro de 2020.

2.1 Pandemia Coronavírus (Covid-19)

No exercício de 2020, a economia mundial foi impactada negativamente pela propagação da doença respiratória ocasionada pelo novo Coronavírus (Covid-19), elevada ao nível de pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

O Sicoob ES adotou diversas medidas preventivas recomendadas por especialistas e pelo Ministério da Saúde, reafirmando o compromisso com a saúde e segurança dos seus colaboradores, associados e a sociedade.

Ao mesmo tempo, o Sicoob ES tem trabalhado para garantir serviços financeiros de qualidade, estando preparado para continuar atendendo às demandas de seus associados.

Entre as ações adotadas, destacam-se:

2.1.1 Aplicativo Sicoob

Por meio do aplicativo Sicoob, é possível realizar operações como pagamentos, consultas de saldos e extratos, transferências, investimentos, débito automático, empréstimos (simulação e contratação), extrato das faturas de cartões, depósitos de cheques e até recarga de celular.

O aplicativo Sicoob, que reúne mais de 140 operações, pode ser usado para adquirir produtos e serviços de forma simples, como investimentos, seguros e consórcios. O atendimento por meio de chat e WhatsApp também têm facilitado o relacionamento com os atendentes sem a necessidade de ir até a agência.

Ainda foi possível contratar o crédito automático, que está com juros menores e carência de 120 dias para começar a pagar. Essas funcionalidades também estão disponíveis na internet banking, que pode ser acessado pelo endereço eletrônico sicoobes.com.br.

2.1.2 Crédito emergencial

Com recursos próprios, o Sicoob ES criou a campanha Ao Seu Lado, por meio da qual foram renegociadas e prorrogadas dívidas. Além disso, a instituição ampliou recursos para pequenos empresários com o “Crédito Prosseguir” e com as linhas Pronampe e Pese.

3. Crescimento

O Sicoob ES no exercício de 2020, obteve um aumento nos depósitos que cresceram 51,45%, alcançando R\$ 7,1 bilhões e a carteira de crédito do Sicoob ES registrou R\$ 6,1 bilhões que representa um aumento de 31,42% em relação ao exercício de 2019.

4. Nosso Desempenho

4.1) Resultado

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Varição
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	730.261	729.467	0,11
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	265.491	250.379	6,04
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	67.308	66.754	0,83
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	240.296	202.850	18,46
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	370.502	378.880	-2,21

Demonstração do Resultado do Período	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Varição
Despesas tributárias	12.677	11.014	15,10
Resultado de Participações e outras receitas operacionais	70.797	69.248	2,24
Juros ao Capital	27.364	55.774	-50,94
Sobra Bruta do Exercício	347.485	327.055	6,25

Contribuíram para compor as Sobras do exercício de 2020:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 18,46%, o resultado da intermediação financeira aumentou 0,11% em relação ao mesmo período de 2019.

Redução na despesa com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais com em 2,21% comparado ao mesmo período de 2019.

A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente às despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais, foi de 64,86%, melhora de 11,32 pontos percentuais em relação ao exercício de 2019.

As Sobras Brutas tiveram aumento de 6,25% em relação a 2019.

4.2) Dados Patrimoniais

Balço Patrimonial	Em Milhares R\$		%
	Jan a Dez/2020	Jan a Dez/2019	Varição
Ativos Totais	10.348.022	7.570.760	36,68
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	2.756.200	1.614.070	70,76
Títulos e Valores Mobiliários	1.508.915	1.346.636	12,05
Carteira de Crédito	6.118.607	4.655.592	31,42
Depósitos	6.773.184	4.497.671	50,59
Obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio e imobiliário	413.381	247.548	66,99
Patrimônio Líquido	2.212.431	1.923.135	15,04

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2020:

O total de ativos atingiu a marca de R\$ 10.348.022 mil ao final do exercício de 2020, com crescimento de 36,68% em relação ao mesmo período do ano anterior, demonstrando o caminho de crescimento de suas operações e serviços para seus associados e superando a marca dos 10 bilhões em ativos.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da carteira de crédito superou a marca de 6 bilhões de reais, atingindo o montante R\$ 6.118.607 mil de recursos disponibilizados aos associados, com crescimento de 31,42% em relação a 31 de dezembro de 2019.

Os depósitos obtiveram um aumento de 50,59% considerando o mesmo período de 2019, atingindo no final do exercício de 2020 o montante de R\$ 6.773.184 mil e dessa forma passando da marca de 6 bilhões de depósitos efetuados pelos associados.

O patrimônio líquido cresceu 15,04% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 2.212.431 mil superando assim a marca de 2 bilhões de patrimônio líquido.

4.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2020			31/12/2019			Varição	
	PF	PJ	Total	PF	PJ	Total	Valor total	% Total
Crédito Rural	548.159	73.038	621.197	635.306	77.345	712.651	-91.454	-12,83%
Crédito Comercial	1.182.413	4.314.997	5.497.410	951.596	2.991.345	3.942.941	1.554.469	39,42%
Total	1.730.572	4.388.035	6.118.607	1.586.902	3.068.690	4.655.592	1.463.015	31,42%

4.2.2) Volume de crédito liberado em 2020 e 2019

Descrição	2020	2019
Total de Crédito Liberado	5.553.004	4.617.866
Crédito rural	465.141	492.501
Empréstimo e Financiamentos	3.561.165	2.081.498
Títulos Descontados	1.526.698	2.043.867
No. de operações (Empréstimos e Crédito Rural)	66.504	51.953
Valor Médio das Operações (Empréstimos e Crédito Rural)	61	50

5. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando assim, garantir ao máximo a liquidez das operações.

É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682/99. No exercício de 2020, houve uma concentração de 81,27% nos níveis de risco "AA" a "C".

6. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

7. Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 3 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

8. Pessoas

Concluimos o exercício com 399 mil cooperados, crescimento de 18,75% em relação ao exercício anterior. As

pessoas e empresas estão encontrando no Sicoob ES produtos e serviços de qualidade a custos justos, corroborando a eficácia do sistema de crédito cooperativo na inclusão financeira, redução da concentração bancária e do spread de crédito concedido pelas instituições financeiras brasileiras.

Contávamos com 1.657 colaboradores no final do exercício de 2020. Profissionais dedicados e principais responsáveis pelo índice de satisfação dos associados de 84,50% e 97,40% recomendaria o Sicoob para um amigo ou parente.

A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 155.299 mil no exercício corrente.

9. Código de Ética

Todos os integrantes das equipes do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Tecnologia

Acompanhando as tendências do mercado financeiro, o Centro Corporativo Sicoob teve grandes investimentos em Tecnologia da Informação em 2020 buscando maior competitividade e comodidade para os Associados do Sistema Sicoob. As transações financeiras realizadas nos canais digitais representaram a maioria dos atendimentos do Sicoob ES, contribuindo para maior comodidade, agilidade para o cooperado e menores custos operacionais para as Cooperativas.

11. Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES, conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 do Conselho Monetário Nacional, trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Banco Cooperativo do Brasil - Bancoob.

No exercício de 2020, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 899 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 376 foram classificadas procedentes e com exceção de 17 ocorrências, todas as demais foram resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. As demais foram classificadas como improcedentes, todas as demais foram respondidas dentro do prazo legal.

12. Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Vitoria – ES, 12 de fevereiro de 2021.

Conselhos de Administração e Diretoria Executiva do Sicoob ES.

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
ATIVO		10.348.022	7.570.760
Circulante		5.879.264	4.799.599
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.	1.271.953	869.603
Disponibilidades		97.419	84.827
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	237.918	174.542
Títulos e Valores Mobiliários	6.	936.616	610.234
Instrumentos Financeiros		2.010.486	1.447.120
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	1.887.305	1.373.167
Títulos e Valores Mobiliários	6.	123.181	73.953
Operações de Crédito	7.	2.480.026	2.365.957
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.015.785	1.867.884
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(177.629)	(176.669)
Financiamentos		279.670	196.390
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(11.890)	(9.509)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		393.013	514.416
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(18.923)	(26.555)
Outros Créditos	8.	43.694	31.894
Créditos por Avais e Fianças Honradas	8. I.	11.627	12.891
Rendas a Receber		11.204	9.467
Diversos		28.167	13.526
Ativos Fiscais Correntes e Diferidos	8. II. c	3.451	5.672
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	8. I. d	(10.755)	(9.662)
Outros Valores e Bens	9.	73.105	85.025
Outros Valores e Bens		108.361	107.911
(-) Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens		(35.880)	(23.872)
Despesas Antecipadas		624	986
Não Circulante		4.468.758	2.771.161
Realizável a Longo Prazo		4.219.128	2.542.855
Instrumentos Financeiros		1.080.095	728.810
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	630.977	66.361
Títulos e Valores Mobiliários	6.	449.118	662.449
Operações de Crédito	7.	3.105.479	1.793.718
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		2.562.039	1.540.178
(-) Provisão para Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		(294.316)	(256.744)
Financiamentos		639.916	338.489
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		(20.595)	(10.934)
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		228.184	198.235
(-) Provisão para Financiamentos Rurais e Agroindustriais		(9.749)	(15.506)
Outros Créditos	8.	33.554	20.261
Diversos	8. II. b	13.051	-
Devedores por Depósitos em Garantia	8.1	20.503	20.261
Outros Valores e Bens	9.	-	66
Despesas Antecipadas		-	66
Permanente		249.630	228.306
Investimentos	10.	156.690	139.636
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito		142.246	125.306
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito		13.240	13.240
Participações Empr Controlada Coop Central Crédito		1.204	1.090
Imobilizado de Uso	11.	92.149	87.668
Imobilizado de Uso		167.022	153.590
(-) Depreciação Acumulada do Imobilizado		(74.873)	(65.922)
Intangível	12.	791	1.002
Ativos Intangíveis		6.622	6.547
(-) Amortização Acumulada dos Ativos Intangíveis		(5.831)	(5.545)
Total do Ativo		10.348.022	7.570.760

BALANÇO PATRIMONIAL

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
PASSIVO		8.135.591	5.647.625
Circulante		7.586.264	5.270.859
Depósitos	13.	6.768.704	4.497.383
Depósitos à Vista		2.687.328	1.329.003
Depósitos Sob Aviso		46.386	49.494
Depósitos à Prazo		4.034.990	3.118.886
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13.1	143.308	89.243
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Do Agronegócio	13.1. a	129.457	89.243
Obrigações Por Emissão De Letras De Crédito Imobiliário	13.1. b	13.851	-
Relações Interfinanceiras		253.225	338.869
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	253.153	338.815
Relações com Correspondentes	14.1.2	72	54
Relações Interdependências	15	57.442	41.130
Recursos em Trânsito de Terceiros		57.442	41.130
Obrigações por Empréstimos e Repasses		179.610	150.206
Empréstimos No País - Outras Instituições	14.2.2	31.871	-
Obrigações Por Repasses	14.2.1	147.739	150.206
Outras Obrigações	16	183.975	154.028
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	16.1	197	1.585
Sociais e Estatutárias	16.2	82.741	67.816
Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas	16.3	9.819	8.715
Diversas	16.4	91.218	75.912
Não Circulante		549.327	376.766
Depósitos	13.	4.480	288
Depósitos à Prazo		4.480	288
Recursos de Aceite e Emissão de Títulos	13.1	270.073	158.305
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	13.1. a	224.799	158.305
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	13.1. b	45.274	-
Relações Interfinanceiras		237.857	166.473
Repasse Interfinanceiros	14.1.1	237.857	166.473
Obrigações por Empréstimos e Repasses		10.531	26.380
Empréstimos No País - Outras Instituições	14.2.2	4.454	-
Obrigações Por Repasses	14.2.1	6.077	26.380
Outras Obrigações		26.207	25.320
Diversas	16.4. b	5.413	4.450
Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	16.5	20.794	20.870
Receita de Exercício Futuros		179	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.212.431	1.923.135
Capital Social	18.	1.040.895	983.034
De Domiciliados No País		1.054.190	991.650
(-) Capital A Realizar		(13.295)	(8.616)
Reserva de Sobras		1.025.365	818.257
Sobras ou Perdas Acumuladas		146.171	121.844
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		10.348.022	7.570.760

DEMONSTRAÇÕES DAS SOBRAS OU PERDAS

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

Descrição	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Ingresso/Receita da Intermediação Financeira		881.847	975.825
Operações de Crédito	7.h	779.607	800.534
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5.	56.909	114.234
Resultado de Operações com Tít. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	6.	45.331	61.057
Dispêndio da Intermediação Financeira		(417.077)	(496.737)
Operações de Captação no Mercado	13.b	(112.189)	(198.291)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.3	(39.397)	(48.067)
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	7.i	(265.491)	(250.379)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		464.770	479.088
Outros Ingressos/Receitas (Dispêndios/Despesas) Operacionais		(77.434)	(121.891)
Receita (Ingressos) de Prestação de Serviço	20.	135.813	115.762
Rendas (Ingressos) de Tarifas	21.	104.483	87.088
Despesa (Dispêndios) de Pessoal	22.	(155.299)	(151.209)
Despesas (Dispêndios) Administrativas	23.	(186.782)	(188.932)
Despesas (Dispêndios) Tributárias		(12.677)	(11.014)
Resultado de participações em coligadas e controladas		8.191	438
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	24.	62.606	68.810
Outras Despesas (Dispêndios) Operacionais	25.	(28.421)	(38.739)
Provisão/Reversão para Passivos Contingentes	25.1	236	38
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	25.2	(5.584)	(4.133)
Resultado Operacional		387.336	357.197
Outras Receitas e Despesas	26.	(16.320)	(14.719)
Lucros em Transações com Valores e Bens		657	868
Prejuízos em Transações com Valores e Bens		(4.875)	(1.311)
Outras Receitas		1.243	1.388
Outras Despesas		(1.337)	(2.448)
Outras Despesas/Receitas de Provisões		(12.008)	(13.216)
Resultado Antes da Tributação e Participações		371.016	342.478
Imposto de Rendas		(4.546)	(363)
Contribuição Social		(2.812)	(238)
Participações nos Resultados de Empregados		(16.173)	(14.822)
Sobras/Perdas Antes das Destinações		347.485	327.055
Destinações Legais e Estatutárias		(173.950)	(149.437)
FATES		(15.650)	(16.580)
Reserva Legal		(157.372)	(131.938)
Outras Destinações Estatutárias		(2.842)	(2.382)
Reversões de Reservas		1.914	1.463
Resultado Antes dos Juros ao Capital		173.535	177.618
Juros ao Capital		(27.364)	(55.774)
Sobras/Perdas Líquidas		146.171	121.844

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

DRA	31/12/2020	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas	347.485	327.055
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	347.485	327.055

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

Eventos	Capital		Reservas de Sobras			Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias	Contingências		
Saldo em 31/12/2018	905.195	(6.651)	669.320	3.832	-	104.397	1.676.093
Cooperativa desfilhada do Sistema Sicoob ES.	(10.671)	4	(879)	-	-	404	(11.142)
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	13.721	-	-	(13.721)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	-	-
Ao Capital	89.998	-	-	-	-	(89.998)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(1.082)	(1.082)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	-	-	-	-
Saldos de Cooperativa incorporada ao Sicoob ES	661	-	6	-	-	-	667
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	50.432	(1.969)	-	-	-	-	48.463
Por Devolução (-)	(84.770)	-	-	-	-	-	(84.770)
Estorno de Capital	(2.280)	-	-	-	-	-	(2.280)
Reversões de Reservas	-	-	(600)	(1.463)	-	1.463	(600)
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	327.055	327.055
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(55.774)	(55.774)
Juros ao Capital	55.774	-	-	-	-	-	55.774
IRRF sobre Juros ao Capital	(868)	-	-	-	-	-	(868)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(10.569)	-	-	-	-	-	(10.569)
Juros ao Capital - Ex associados	(1.252)	-	-	-	-	-	(1.252)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(4.211)	(4.211)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	131.938	-	-	(131.938)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	2.382	-	(2.382)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(12.369)	(12.369)
Saldo em 31/12/2019	991.650	(8.616)	813.506	4.751	-	121.844	1.923.135
Destinações de Sobras Exercício Anterior:	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de Reservas	-	-	28.010	-	20.773	(48.783)	-
Em Conta Corrente do Associado	-	-	-	-	-	(3.021)	(3.021)
Ao Capital	69.104	-	-	-	-	(69.104)	-
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados	-	-	-	-	-	(936)	(936)
Outros Eventos/Reservas	-	-	-	25	-	-	25
Movimentação de Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Por Subscrição/Realização	43.881	(4.679)	-	-	-	-	39.202
Por Devolução (-)	(71.531)	-	-	-	-	-	(71.531)
Estorno de Capital	(234)	-	-	-	-	-	(234)
Cancelamento de Capital	-	-	-	-	-	-	-
Reversões de Reservas	-	-	-	(1.914)	-	1.914	-
Sobras ou Perdas Brutas	-	-	-	-	-	347.485	347.485
Remuneração de Juros ao Capital:	-	-	-	-	-	-	-
Provisão de Juros ao Capital	-	-	-	-	-	(27.364)	(27.364)
Juros ao Capital	27.364	-	-	-	-	-	27.364
IRRF sobre Juros ao Capital	(188)	-	-	-	-	-	(188)
Juros ao Capital - Conta Corrente	(5.222)	-	-	-	-	-	(5.222)
Juros ao Capital - Ex associados	(634)	-	-	-	-	-	(634)
FATES - Atos Não Cooperativos	-	-	-	-	-	(912)	(912)
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:	-	-	-	-	-	-	-
Fundo de Reserva	-	-	157.372	-	-	(157.372)	-
Outros Fundos Estatutários	-	-	-	2.842	-	(2.842)	-
F A T E S	-	-	-	-	-	(14.738)	(14.738)
Saldo em 31/12/2020	1.054.190	(13.295)	998.888	5.704	20.773	146.171	2.212.431

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais		
Sobras/Perdas Antes das Destinações	347.485	327.055
Distribuição de Sobras e Dividendos	(8.995)	(16.105)
Participações nos Resultados de Empregados	16.173	14.822
Provisão/Reversão para Operações de Créditos	265.491	250.379
Provisão/Reversão para Garantias Prestadas	5.584	4.133
Provisão/Reversão para desvalorização de outros valores e bens	12.008	13.284
Provisão/Reversão com Passivos Contingentes	(236)	(38)
(Ganho)/Perdas por Baixas de Imobilizado	204	314
Depreciações e Amortizações	12.663	11.376
Sobras/Perdas Ajustadas antes das destinações	650.377	605.220
Aumento (redução) em ativos operacionais		
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.078.754)	324.784
Títulos e Valores Mobiliários	164.103	(286.236)
Relações Interfinanceiras	-	6
Operações de Crédito	(1.691.321)	(738.554)
Outros Créditos	(25.093)	(5.873)
Outros Valores e Bens	(22)	(14.204)
Aumento (redução) em passivos operacionais		
Depósitos à Vista	1.358.325	258.926
Depósitos sob Aviso	(3.108)	(3.856)
Depósitos à Prazo	920.296	161.710
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito do Agronegócio	106.708	63.367
Obrigações por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário	59.125	-
Relações Interdependências	16.312	(2.783)
Relações Interfinanceiras	(14.260)	(72.744)
Obrigações por Empréstimos e Repasses	13.555	(68.132)
Outras Obrigações	16.671	(5.102)
Resultado de Exercícios Futuros	179	-
FATES Sobras Exercício	(15.650)	(16.580)
Imposto de Renda	(4.546)	(363)
Contribuição Social	(2.812)	(238)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais	470.085	199.348
Atividades de Investimentos		
Recebimento Dividendos	8.995	16.105
Alienação de Investimento	671	-
Aquisição de Intangível	(88)	(680)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(17.049)	(29.718)
Aquisição de investimentos	(17.725)	(16.631)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(25.196)	(30.924)
Atividades de Financiamentos		
Cooperativa desfilhada do Sistema Sicoob ES.	-	(11.142)
Saldos de Cooperativa incorporada ao Sicoob ES	-	667
Aumento por Novos Aportes de Capital	39.202	48.463
Devolução de Capital à Cooperados	(71.531)	(84.770)
Estorno/Cancelamento de Capital	(234)	(2.280)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	(936)	(1.082)
Destinação de Sobras Exercício Anterior em C/C Associados	(3.021)	-
Reversões de Reservas	-	(600)
Juros ao Capital pago	(27.364)	(55.774)
Subscrição de Juros ao Capital	27.364	55.774
Juros ao Capital Conta Corrente	(5.222)	(10.569)
Juros ao Capital à Ex-associados	(634)	(1.252)
IRRF sobre Juros ao Capital	(188)	(868)
Outros Eventos/Reservas	25	-
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	(42.539)	(63.433)
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	402.350	104.991
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas		
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	869.603	764.612
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.271.953	869.603
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	402.350	104.991

NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31/12/2020 e de 31/12/2019 | Em milhares de R\$

1. Contexto Operacional

A Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo - Sicoob ES é composta por sete Cooperativas Singulares de primeiro grau. Em 31 de dezembro de 2020 possuíam 144 Pontos de Atendimento Cooperativo, sendo que 117 no Espírito Santo, 26 no Rio de Janeiro e 1 na Bahia, 447 terminais de autoatendimento e 41 Correspondentes atendendo a 399.587 mil associados. Além disso, o Sicoob ES possui operações com poupadores e outros relacionamentos totalizando 217.142 mil pessoas e empresas.

A Cooperativa Central e suas filiais são acionistas do Banco Cooperativo do Brasil S.A. ("Bancoob", "Instituição" ou "Banco") que é um banco comercial constituído de acordo com a Resolução CMN nº 2.193, de 31 de agosto de 1995. O Bancoob possui classificação no FitchRating de curto prazo de F1+(bra), este indica a mais forte capacidade de pagamento, no prazo esperado, de compromissos financeiros em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este rating é atribuído ao menor risco de inadimplência em relação a outros do mesmo país. Quando o perfil de liquidez é particularmente forte, acrescenta-se o modificador '+' ao rating atribuído. Analisando o FitchRating de longo prazo é AA-(bra), este Rating denota uma expectativa de risco de inadimplência muito baixa em relação a outros emissores ou obrigações do mesmo país. O risco de crédito embutido nessas operações difere apenas levemente do risco de emissores e obrigações com o mais alto rating do mesmo país. Já sua classificação no RiskBank é BRLP3 (baixo risco para longo prazo, até 5 anos), que é um sistema de classificação de Risco Bancário que classifica e acompanha sistematicamente o risco e a performance das instituições financeiras no Brasil, tornando-se uma ferramenta eficiente para identificar possíveis problemas nas áreas mais sensíveis dos bancos.

O Bancoob ainda é o controlador da Bancoob Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("Bancoob DTVM"), Ponta Administradora de Consórcios ("Consórcio Ponta") e a Cabal Brasil Ltda. ("Cabal"), processadora de cartões de crédito.

O Sicoob Central ES junto com outras Cooperativas Centrais existentes no Brasil constituíram a Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. – Sicoob Confederação, entidade de terceiro grau cuja finalidade é a prestação de serviços de representação, supervisão, padronização de procedimentos operacionais e implantação do sistema de controle interno e serviços de tecnologia da informação.

A Fundação Sicoob Previ ("Sicoob Previ") é uma entidade de previdência complementar e também faz parte do Sistema Sicoob.

Com atuação expressiva nos estados brasileiros, o Sicoob é uma instituição financeira cooperativa que possui um importante papel quanto ao aspecto social, crescimento e desenvolvimento das comunidades em que atua. O Sicoob oferece todos os produtos e serviços bancários, compartilha os resultados com os associados e aplica os recursos captados nas próprias comunidades, o que movimenta o comércio e a produção, além de criar novas oportunidades de emprego e renda.

1.1 Classificação de Risco Fitch Rating

A Fitch Ratings reafirmou em 03 de novembro de 2020 a classificação de risco das Cooperativas do Sicoob ES, atribuindo no curto prazo a nota F1(bra), que indica a mais forte capacidade intrínseca de pagamento pontual dos compromissos financeiros. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa a mais alta qualidade de crédito de curto prazo.

Analisando Fitch Rating de longo prazo a classificação obtida foi A+(bra), este Rating denota baixa expectativa de risco de inadimplência. A capacidade de pagamento dos compromissos financeiros é considerada forte. Essa capacidade, todavia, pode ser mais vulnerável a condições adversas nos negócios ou econômicas do que no caso de categorias de ratings melhores. Segundo a escala de Rating Nacional da Fitch, este Rating representa uma qualidade de crédito alta.

Essa atribuição de classificação indica grau médio elevado de confiança, que está no mesmo nível de risco das grandes instituições financeiras do Brasil.

Fonte: <<https://www.fitchratings.com/site/brasil>>.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis Combinadas

As demonstrações contábeis combinadas ("demonstrações contábeis") do Sicoob ES são de responsabilidade da Administração do Sicoob Central ES e foram elaboradas a partir de sua demonstração contábil e as Demonstrações Contábeis individuais das cooperativas singulares filiadas. Estão sendo apresentadas com o objetivo de fornecer por meio de uma única demonstração contábil, a posição consolidada de todas as atividades desenvolvidas pelo Sicoob ES, por meio das entidades que compõem o Sistema.

A Resolução CMN nº 4.151/2012 e a Circular Bacen nº 3.669/2013 estabelecem procedimentos e requisitos quanto à elaboração e divulgação das demonstrações contábeis combinadas dos sistemas cooperativos no Brasil.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os

pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

A Diretoria colegiada do Sicoob Central ES aprovou essas demonstrações contábeis combinadas em 12 de fevereiro de 2021.

(a) Critérios Utilizados na Combinação dos Saldos

Os saldos patrimoniais e de resultados das instituições integrantes do Sicoob ES foram incluídos na elaboração das demonstrações contábeis combinadas, assim como foram excluídos os saldos de operações realizados entre as instituições.

(b) Entidades Integrantes do Sicoob Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas

Segundo o disposto na Resolução CMN 4.151/2012, artigo 4º, integram um sistema cooperativo, as cooperativas singulares, as cooperativas centrais, a confederação, o banco cooperativo, vinculadas direta ou indiretamente a essas instituições, mediante participação societária ou por controle operacional efetivo, caracterizado pela administração ou gerência comum, ou pela atuação no mercado sob a mesma marca ou nome comercial.

As seguintes instituições foram consideradas na elaboração das demonstrações contábeis combinadas do Sicoob ES, de acordo com a Resolução CMN 4.151/2012:

Cooperativa Central de Crédito do Espírito Santo – Sicoob Central ES: Instituição financeira independente, promotora da integração regional e estadual das cooperativas do Sistema. Foi criada pelas cooperativas singulares com o objetivo de incrementar a qualidade dos serviços prestados aos associados e como forma de ampliar ainda mais a capacidade de atendimento.

Cooperativas de Crédito Singulares filiadas ao Sicoob Central ES: Instituições financeiras não bancárias, autorizadas a funcionar pelo Banco Central, resultantes da união de pessoas integrantes de segmentos econômicos, que buscam a melhor maneira de atendimento às suas necessidades financeiras e portanto, tornam-se ao mesmo tempo, usuários dos produtos e serviços da cooperativa e também seus donos. O Sistema é composto por cooperativas de crédito Clássicas.

(c) Composição Analítica da Participação das Singulares do Sicoob Central ES (CNPJ: 32.428.294/0001-43) Consideradas nas Demonstrações Contábeis Combinadas:

Cooperativa	CNPJ	31/12/2020	31/12/2019
Sicoob Sul-Litorâneo	32.474.884/0001-02	10.381	7.812
Sicoob Sul	32.467.086/0001-53	33.996	27.091
Sicoob Leste Capixaba	32.430.233/0001-10	49.689	37.797
Sicoob Centro-Serrano	31.804.966/0001-05	19.170	14.550
Sicoob Norte	31.815.293/0001-99	20.320	18.274
Sicoob Sul-Serrano	00.815.319/0001-75	37.638	29.497
Sicoob Credirochas	03.358.914/0001-17	11.531	8.317
Total		182.725	143.338

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a Resolução CMN nº 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, as quais apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020. A norma estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Resolução CMN 4.817/20 entra em vigor em 1º de janeiro de 2022.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus”

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Apesar do momento atípico que o País se encontra, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível. O SISTEMA DE COOPERATIVAS DO SICOOB DO ESPÍRITO SANTO - SICOOB ES junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão.

3. Resumo das principais práticas contábeis

(a) Estimativas Contábeis

As demonstrações contábeis combinadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro das estimativas contábeis, quando aplicável. Os itens significativos sujeitos ao processo de aplicação de estimativas e premissas incluem a avaliação do valor de recuperação do imobilizado e do intangível, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, a provisão para desembolso originado do contencioso de natureza fiscal, trabalhista e cível. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos apresentados nas demonstrações contábeis combinadas, em decorrência de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. As estimativas e premissas são revisadas periodicamente de modo a refletir a melhor informação disponível.

(b) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

(e) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

(f) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

(g) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

(h) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

(i) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **Sicoob Confederação** e ações do **Bancoob**, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

(j) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

(k) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

(l) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

(m) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

(n) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

(o) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

(p) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

(q) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

(r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

(s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no *caput* do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no *caput* do art. 193 do mesmo Decreto.

(t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

(u) Valor recuperável de ativos – impairment

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por *“impairment”*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em **31 de Dezembro de 2020** não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

(v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em **31 de dezembro de 2020**.

(x) COVID19 nas Demonstrações Contábeis

Não foram identificados impactos relevantes da pandemia da COVID19 nas Demonstrações Contábeis de 31/12/2020 seja de ativos financeiros ou de ativos não financeiros.

4. Composição do Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em depósitos interfinanceiros, com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor justo, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	97.419	84.827
Disponibilidades em Moeda Nacional	97.419	84.827
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (a)	1.174.534	784.776
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	237.918	174.542
Títulos e Valores Mobiliários	936.616	610.234
Total	1.271.953	869.603

(a). Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos. Compreende os depósitos interfinanceiros que fazem parte do Acordo de Compensação junto ao Bancoob, bem como àqueles sem contrapartida. A administração tem a intenção de manter essas aplicações financeiras até o seu vencimento, embora possuam liquidez imediata. Os quadros a seguir demonstram a composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de aplicações interfinanceiras de liquidez:

	Índice	31/12/2020	31/12/2019
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez			
Circulante		2.125.223	1.547.709
Aplicações em depósitos interfinanceiros até 90 dias		237.918	174.542
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	246	987
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	101% CDI	6.124	-
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	102% CDI	8.550	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	5	1
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	207.875	173.554
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	105% CDI	15.118	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros de 90 a 360 dias		1.887.305	1.373.167
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	775	2.099
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	100% CDI	-	4.131
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	101% CDI	11.171	10.887
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	102% CDI	22.831	10.206
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	98% CDI	551	1.581
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	100% CDI	-	39
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	1.539.221	1.344.224
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	104% CDI	52.095	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	105% CDI	27.115	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	106% CDI	15.064	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	107% CDI	218.482	-
Não circulante		630.977	66.361
Aplicações em depósitos interfinanceiros		630.977	66.361
Depósitos Interfinanceiros – BRADESCO	100% CDI	246	1.233
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	98% CDI	29.675	-
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	101% CDI	338.305	35.781

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Índice	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos Interfinanceiros – Bancoob	102% CDI	1.385	637
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	101% CDI	135.609	28.710
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	107% CDI	20.086	-
Depósitos Interfinanceiros – ACO Bancoob (a)	108% CDI	105.671	-
Total Geral		2.756.200	1.614.070

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 56.909 mil em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 114.234 mil).

(a) Essas aplicações financeiras fazem parte do Acordo de Compensação firmado junto ao Bancoob como contrapartida aos créditos concedidos.

(ii) Classificação de aplicações interfinanceiras de liquidez por vencimento:

Depósitos Interfinanceiros		
Vencimento		31/12/2020 / 31/12/2019
Até 1 mês		107.763 / 107.852
De 1 a 3 meses		130.155 / 66.689
De 3 a 6 meses		425.984 / 133.566
De 6 a 12 meses		1.461.321 / 1.239.602
Total circulante		2.125.223 / 1.547.709
De 1 a 2 anos		464.171 / 42.943
De 2 a 3 anos		108.070 / 1.823
Acima de 3 anos		58.736 / 21.595
Total não circulante		630.977 / 66.361
Total Geral		2.756.200 / 1.614.070

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

6. Títulos e Valores Mobiliários

São registrados pelo valor efetivamente pago, acrescido dos rendimentos auferidos, lastreado em títulos públicos federais e particulares, registrados na CETIP e SELIC. Os quadros a seguir demonstram a composição dos títulos e valores mobiliários e a classificação por vencimento.

(i) Composição do saldo de títulos e valores mobiliários:

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		1.059.797	684.187
Títulos e Valores mobiliários até 90 dias		936.616	610.234
Títulos para negociação – carteira própria		824.145	579.495
Fundo de centralização	Pós Fixado	206.396	171.326
Fundo Institucional	Pós Fixado	615.782	406.201
Fundo BB Renda Fixa Referenciado DI Plus Ágil	Pré-Fixado	1.967	1.856
Fundo BB Renda Fixa Curto Prazo Automático Empresa	Pré-Fixado	-	112
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		57.617	25.661
LFT – Administrado	SELIC	27.126	25.661
LF – Outros Bancos(b)		30.491	-
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		54.854	5.078
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	54.854	5.078
Títulos e Valores mobiliários de 90 a 360 dias		123.181	73.953
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		123.181	68.248
LFTM - Administrado		-	3.246
LFT - Administrado	SELIC	44.945	63.092
LF – Outros Bancos(b)	CDI	78.236	1.910
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		-	5.705

Títulos e Valores mobiliários	Índice	31/12/2020	31/12/2019
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	-	5.705
Não circulante		449.118	662.449
Títulos para negociação – carteira própria		19.101	14.578
Cotas de Fundo Imobiliário		19.101	14.578
Títulos mantidos até o vencimento – carteira própria		422.659	578.905
LFTM – Administrado	SELIC	118.818	112.279
LFT – Administrado	SELIC	46.553	110.308
Debêntures	CDI	20.125	20.202
LF – Outros Bancos (b)	CDI	237.163	336.116
Títulos mantidos até o vencimento – vinculados à prestação de garantias		7.358	68.966
LFT - Administrado MAPA (a)	SELIC	7.358	68.966
Total Geral		1.508.915	1.346.636

Essas operações produziram para a Cooperativa uma receita total de R\$ 45.331 mil em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 61.057 mil).

(a) Refere-se a garantia prestada ao Ministério da Agricultura nas operações de repasse relacionadas na Nota 16. Com o objetivo de obter novos recursos o saldo de garantia excedente não foi liquidado no encerramento do exercício.

(b) Os investimentos são feitos em instituições financeiras que apresentam baixo risco e dentro dos limites estabelecidos em nossa política de investimento.

(ii) Classificação de títulos e valores mobiliários por vencimento:

Vencimento	31/12/2020			31/12/2019		
	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total	Carteira própria	Vinculado à prest. de garantias	Total
Sem vencimento	824.145	-	824.145	579.495	-	579.495
Até 1 mês	-	-	-	-	-	-
De 1 a 3 meses	57.617	54.854	112.471	25.661	5.078	30.739
De 3 a 6 meses	51.990	-	51.990	-	-	-
De 6 a 12 meses	71.191	-	71.191	68.248	5.705	73.953
Total circulante	1.004.943	54.854	1.059.797	673.404	10.783	684.187
Sem vencimento	19.101	-	19.101	14.578	-	14.578
De 1 a 2 anos	283.042	7.358	290.400	167.319	61.807	229.126
De 2 a 3 anos	24.209	-	24.209	275.755	7.159	282.914
Acima de 3 anos	115.408	-	115.408	135.831	-	135.831
Total não circulante	441.760	7.358	449.118	593.483	68.966	662.449
Total Geral	1.446.703	62.212	1.508.915	1.266.887	79.749	1.346.636

Os valores com vencimento de até 1 mês e de 1 a 3 meses foram considerados como equivalentes caixas.

7. Operações de crédito

As operações de crédito estão classificadas de acordo com o risco apresentado, amparadas por informações internas e externas em relação aos devedores e seus garantidores e em relação à operação, levando-se em conta, ainda, as situações de renda e patrimônio, bem como, outras informações cadastrais do devedor, conforme preconizado nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do Conselho Monetário Nacional.

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	3.719	-	3.719	7.156
Empréstimos	1.832.175	2.562.039	4.394.214	3.109.073
Títulos Descontados	179.891	-	179.891	291.833
Financiamentos	279.670	639.916	919.586	534.879
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	393.013	228.184	621.197	712.651

Modalidade	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Total das Operações Crédito	2.688.468	3.430.139	6.118.607	4.655.592
(-) Provisões para Operações de Crédito	(208.442)	(324.660)	(533.102)	(495.917)
TOTAL	2.480.026	3.105.479	5.585.505	4.159.675

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Emp./ Títulos	A.D / Cheque Esp / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	262.497	128	41.337	38.705	342.667	-	182.867	-
A	0,5%	Normal	957.141	17.224	206.062	267.166	1.447.593	(7.239)	1.070.397	(5.384)
B	1%	Normal	1.121.848	9.549	260.749	150.394	1.542.540	(15.423)	1.172.059	(11.722)
B	1%	Vencidas	3.210	121	768	421	4.520	(45)	16.573	(167)
C	3%	Normal	1.183.373	21.366	311.105	104.966	1.620.810	(48.622)	1.230.624	(36.918)
C	3%	Vencidas	9.898	1.140	2.911	340	14.289	(428)	31.257	(938)
D	10%	Normal	421.835	13.266	71.838	26.230	533.169	(53.317)	320.794	(32.079)
D	10%	Vencidas	13.693	976	2.753	1.507	18.929	(1.893)	50.042	(5.004)
E	30%	Normal	139.951	4.500	9.158	10.715	164.324	(49.297)	110.351	(33.105)
E	30%	Vencidas	15.681	1.187	1.938	518	19.324	(5.799)	41.043	(12.313)
F	50%	Normal	59.259	1.975	2.411	5.227	68.872	(34.437)	80.495	(40.248)
F	50%	Vencidas	21.316	1.267	1.398	1.290	25.271	(12.636)	41.355	(20.678)
G	70%	Normal	22.614	876	781	1.222	25.493	(17.845)	14.015	(9.811)
G	70%	Vencidas	13.340	1.340	656	283	15.619	(10.934)	20.567	(14.397)
H	100%	Normal	165.088	2.827	2.536	4.537	174.988	(174.988)	120.089	(120.089)
H	100%	Vencidas	83.301	6.037	3.185	7.676	100.199	(100.199)	153.064	(153.064)
Total Normal			4.333.606	71.711	905.977	609.162	5.920.456	(401.168)	4.301.691	(289.356)
Total Vencidos			160.439	12.068	13.609	12.035	198.151	(131.934)	353.901	(206.561)
Total Geral			4.494.045	83.779	919.586	621.197	6.118.607	(533.102)	4.655.592	(495.917)
Provisões			(455.919)	(16.026)	(32.485)	(28.672)	(533.102)	-	(495.917)	-
Total Líquido			4.038.126	67.753	887.101	592.525	5.585.505	-	4.159.675	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a depositante	3.719	-	-	3.719
Cheque Especial/Conta garantida	80.060	-	-	80.060
Empréstimos	459.414	1.292.701	2.562.039	4.314.154
Títulos Descontados	166.440	13.451	-	179.891
Financiamentos	73.634	206.036	639.916	919.586
Financiamentos Rurais	60.363	332.650	228.184	621.197
TOTAL	843.630	1.844.838	3.430.139	6.118.607

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/ TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	1.199.530	138.698	22.630	1.360.858	22,25%
Setor Privado - Indústria	353.998	74.954	1.312	430.264	7,03%
Setor Privado - Serviços	2.065.656	419.429	11.951	2.497.036	40,81%
Pessoa Física	900.727	281.686	548.159	1.730.572	28,28%
Outros	57.913	4.819	37.145	99.877	1,63%
TOTAL	4.577.824	919.586	621.197	6.118.607	100,00%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial	495.917	452.696
Constituições	264.217	246.276
Transferência para prejuízo	(227.032)	(203.055)
TOTAL	533.102	495.917

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	50.159	0,73%	36.601	0,72%
10 Maiores Devedores	315.336	4,56%	246.390	4,84%
50 Maiores Devedores	915.539	13,23%	679.695	13,34%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	628.917	496.588
Valor das operações transferidas no período	227.032	203.055
Valor das operações recuperadas no período	(67.308)	(66.754)
Valor referente a prejuízos de cooperativa Incorporada	-	1.258
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(15.463)	(5.230)
TOTAL	773.178	628.917

h) Rendas com Operações de Crédito

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Adiantamentos A Depositantes	10.095	10.532
Rendas de Empréstimos	519.274	531.097
Rendas de Títulos Descontados	50.671	68.648
Rendas de Financiamentos	86.834	65.945
Rendas Financiamentos Rurais - Aplicações Livres	11.481	13.633
Rendas Fin. Rurais Apli Rec Direcionados à Vista Obrig.	15.124	12.906
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir da Poup Rural	8.056	12.299
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Dir de LCA	1.263	4.455
Rendas Fin Rurais Aplic. Com Recursos Fontes Publicas	9.501	14.265
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	67.308	66.754
TOTAL	779.607	800.534

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

i) Reversão/Provisão para Operações de Créditos

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	(543.166)	(464.012)
Reversão de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa (PDD)	292.247	226.169
Provisões para outros créditos liquidação duvidosa	(18.002)	(14.949)
Reversão de provisões para outros Créditos liquidação duvidosa	3.430	2.413
TOTAL	(265.491)	(250.379)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa deve ser constituída sobre o valor contábil das operações créditos conforme critérios de risco e contábeis determinados na resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros créditos - circulante

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Créditos por Avais e Fianças Honradas (I)	2.296	3.348
Créditos por Avais e Fianças Honradas	11.627	12.891

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Créditos por Avais e Fianças Honrados	(9.331)	(9.543)
Rendas A Receber	11.204	9.467
Dividendos e Bonificações em dinheiro a receber	-	3
Serviços Prestados a Receber	5.079	5.197
Outras Rendas a Receber (a)	6.125	4.267
Diversos	43.245	19.079
Adiantamentos e Antecipações Salariais	1.023	561
Adiantamentos para Pagamentos de Nossa Conta	95	245
Adiantamentos por Conta de Imobilizações	13.377	1.214
Devedores por Compra de Valores e Bens (I) (b) – Curto Prazo	3.407	2.186
Devedores por Compra de Valores e Bens (I) (b) – Longo Prazo	13.051	-
Ativos Fiscais Correntes (II) (c)	3.451	5.672
Pagamentos a Ressarcir	4.978	4.646
Títulos e Créditos a Receber	4.727	3.974
Devedores Diversos – País	560	700
(-) Provisão para Outros Créditos de Liq. Duvidosa (I) (d)	(1.335)	(30)
(-) Provisão para Outros Créditos – Sem Concessão de Crédito	(89)	(89)
TOTAL	56.745	31.894

(a) Refere-se a rendas de convenio INSS, rendas a receber do Bancoob e rendas Seguros;

(b) Refere-se a devedores que adquiriram bens da Cooperativa com pagamentos parcelados;

(c) Refere-se a impostos e contribuições federais a serem compensados;

(d) Refere-se a provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999

(I) Nível de risco Avais e Fianças Honrados e Devedores por Compra de Valores e Bens

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	-	993	993	-	125	-
A	0,50%	Normal	-	9.717	9.717	(49)	-	-
B	1%	Normal	-	2.239	2.239	(23)	1.679	(16)
C	3%	Normal	-	1.250	1.250	(37)	366	(11)
D	10%	Normal	-	1.037	1.037	(103)	15	(2)
E	30%	Normal	809	-	809	(242)	1.010	(302)
E	30%	Vencidas	1.288	-	1.288	(387)	2.234	(671)
F	50%	Normal	138	200	338	(169)	221	(112)
F	50%	Vencidas	843	-	843	(421)	1.174	(588)
G	70%	Normal	112	-	112	(80)	139	(95)
G	70%	Vencidas	1.017	-	1.017	(714)	1.130	(792)
H	100%	Normal	158	968	1.126	(1.125)	153	(153)
H	100%	Vencidas	7.262	54	7.316	(7.316)	6.831	(6.831)
Total Normal			1.217	16.404	17.621	(1.828)	3.708	(691)
Total Vencidos			10.410	54	10.464	(8.838)	11.369	(8.882)
Total Geral			11.627	16.458	28.085	(10.666)	15.077	(9.573)
Provisões			(9.331)	(1.335)	(10.666)		(9.573)	
Total Líquido			2.296	15.123	17.419		5.504	

(II) Ativos Fiscais Correntes

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Negativo de irpj - Exercícios Anteriores	2.646	4.135
Saldo Negativo de csll - Exercícios Anteriores	684	1.432
Iss – Imposto S/ Serviço	5	9
Cofins a Compensar	46	45
Pis a Compensar	10	10
IRRF s/ Aplicações Financeiras	21	17
IOF a Compensar	2	2
Valores a Restituir – Perdcomp	19	4
INSS a Compensar	18	18
TOTAL	3.451	5.672

8.1 Outros créditos - não circulante

Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para:

Modalidade	31/12/2020	31/12/2019
PIS sobre Atos Cooperativos	2.881	2.854
COFINS sobre Atos Cooperativos	14.293	14.161
Outros - Para interposição de recursos Fiscais - Lei 9703/98	85	85
Provisão para Processos trabalhistas	2.067	2.169
Outros	1.177	992
TOTAL	20.503	20.261

9. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Bens Não de Uso Próprio (I)	107.896	107.568
Material em Estoque (II)	465	343
(Provisões para Desvalorizações) (III)	(35.880)	(23.872)
Despesas Antecipadas (IV)	624	1.052
Prêmio de Seguros	267	146
Aluguéis	10	36
Software	234	102
Propaganda e Publicidade	107	693
Outras Despesas Antecipadas	6	75
TOTAL	73.105	85.091

(I). Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento, consolidação e adjudicação de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção;

(II). Material em estoque para uso administrativo;

(III). Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens não de uso próprio conforme determinação do Bacen;

(IV). Registra-se a aplicação de recursos em pagamentos antecipados, de que decorrerão, para a instituição, benefícios ou prestação de serviços, em períodos seguintes:

10. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação no Banco Cooperativo do Brasil	142.246	125.306
Participações em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Crédito – Bancoob (a)	142.246	125.306
Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda – Sicoob Confederação	13.240	13.240
Participações em Cooperativa exceto Coop. Central de Crédito	13.240	13.240
CNAC-Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa	358	358
Sicoob Administradora e Corretora de Seguros S.A.	15	14
Anellus Assessoria Ltda.	831	718

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participações em empresa controlada Coop. Central de Crédito	1.204	1.090
TOTAL	156.690	139.636

(a) A participação junto ao Bancoob gerou o montante de dividendos recebidos em 2020 de R\$ 8.995 mil (Em 2019 – R\$ 16.105 mil).

11. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso (a)	11.199	10.690	
Terrenos	7.582	7.210	
Edificações	25.864	25.861	4%
(-) Depreciação Acum. de Edificações	(7.269)	(6.249)	
Instalações	64.121	55.887	10%
(-) Depreciação Acum. de Instalações	(33.824)	(28.505)	
Mobiliários	16.505	15.190	10%
(-) Depreciação Acum. de Mobiliários	(8.527)	(7.588)	
Máquinas	1.379	1.278	10%
(-) Depreciação Acum. de Máquinas	(634)	(589)	
Aparelhos de Refrigeração	8.018	6.895	10%
(-) Depreciação Acum. de Aparelhos Refrigeração	(3.866)	(3.340)	
Equipamentos de Processamento de Dados	22.379	20.909	20%
(-) Depreciação Acum. de Equipamentos Processamento de Dados	(14.787)	(14.242)	
Alarme	297	239	10%
(-) Depreciação Acum. de Alarme	(154)	(138)	
Cabines de Segurança	1.539	1.418	10%
(-) Depreciação Acum. de Cabines de Segurança	(831)	(765)	
Armas e Equipamentos	3.067	2.892	10%
(-) Depreciação Acum. de Armas e Equipamentos	(1.874)	(1.702)	
Equipamentos de Vigilância e Segurança	1.773	1.757	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Vig. e Segurança	(1.036)	(941)	
Equipamentos de Comunicação	1.829	1.743	10%
(-) Depreciação Acum. Equipamentos de Comunicação	(1.060)	(1.017)	
Veículos	1.470	1.621	20%
(-) Depreciação Acum. de Veículos	(1.011)	(846)	
TOTAL	92.149	87.668	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

A despesa com depreciação acumulada em 2020 foi de R\$ 12.365 mil (Em 2019 – R\$ 10.881 mil).

12. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada. As amortizações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Intangíveis	6.622	6.547
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(5.831)	(5.545)
TOTAL	791	1.002

A despesa com amortização em 2020 foi de R\$ 298 mil (Em 2019 – R\$ 495 mil).

13. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Também é formado por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Depósito à Vista	2.687.328	1.329.003
Depósito Sob Aviso	46.386	49.494
Depósito a Prazo – Curto Prazo	4.034.990	3.118.886
Depósito a Prazo – Longo Prazo	4.480	288
TOTAL	6.773.184	4.497.671

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. Todas as Cooperativas do Sicoob ES são associadas ao FGCoop.

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	56.658	0,79%	47.411	1,00%
10 Maiores Depositantes	340.145	4,73%	230.448	4,87%
50 Maiores Depositantes	812.159	11,29%	531.048	11,23%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	(1.335)	(3.022)
Despesas de Depósitos a Prazo	(94.487)	(177.455)
Despesas de Depósitos Judiciais	(1)	(1)
Despesas de Letras de Crédito do Agronegócio	(7.365)	(11.061)
Despesas de Letras de Crédito do Imobiliário	(242)	-
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	(8.759)	(6.752)
TOTAL	(112.189)	(198.291)

As despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso.

13.1 Recursos de Aceites Cambiais, Letras Imobiliárias

As letras de câmbio e as letras imobiliárias e hipotecárias são títulos de captação criados com finalidades específicas, mas que, atualmente não são expressivos em relação ao volume global das captações das instituições financeiras.

a) A Letra de Crédito do Agronegócio é um título de crédito nominativo, que é uma promessa de pagamento em dinheiro, emitido exclusivamente pela Cooperativa. A emissão da Letra é condicionada à existência e disponibilidade na Cooperativa de direitos e créditos relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos ou insumos agropecuários ou máquinas e implementos utilizados na atividade agropecuária.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Circulante	129.457	89.243
Obrigações por Emissão Letras Crédito Agronegócio - Não Circulante	224.799	158.305
TOTAL	354.256	247.548

b) A Letra de Crédito Imobiliário é um título de renda fixa emitido com o objetivo de levantar recursos para aplicação em investimentos no setor imobiliário, incluindo aí financiamentos e projetos de reforma e construção.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – Circulante (a)	3.672	-
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – Circulante (b)	10.179	-
Obrigações Por Emissão de Letras de Crédito Imobiliário – Não Circulante	45.274	-
TOTAL	59.125	-

(a) Refere-se a operações prefixadas;

(b) Refere-se a operações pós-fixadas;

14. Relações Interfinanceiras e Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a instituições oficiais (Funcafé) para repasse as Cooperativas Filiadas (art. 2º, § 5º da Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009). As garantias oferecidas são Títulos Públicos Federais (LFT) e Cédulas de Crédito Rural contratadas com os associados das filiadas. Os valores repassados encontram-se demonstrados na Nota 7.

14.1 Relações Interfinanceiras

14.1.1 Repasses Interfinanceiros

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recursos Bancoob – Curto Prazo	253.153	338.815
Recursos Bancoob – Longo Prazo	159.899	166.473
Recursos Bancoob – Capital de Giro Livre - Longo Prazo	77.958	-
TOTAL	491.010	505.288

Os contratos possuem taxas e vencimentos diversos.

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 30.288 mil em 2020 (2019 – R\$ 36.320 mil).

14.1.2 Relações com Correspondentes

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Correspondentes	72	54
TOTAL	72	54

Essa transação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 705 mil em 2020 (2019 – R\$ 986 mil).

14.2 Obrigações por empréstimos e repasses

14.2.1 Obrigações por repasses

Instituições	Modalidade	Taxa	Curto prazo	Longo prazo	31/12/2020	31/12/2019
MAPA	Funcafé	Diversos	147.037	5.907	152.944	173.564
BRADESCO	Repassé	Diversos	702	170	872	3.022
Total			147.739	6.077	153.816	176.586

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 8.544 em 31/12/2020 (31/12/2019 – R\$ 11.747).

14.2.2 Obrigações por empréstimos

Instituições	Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – acima de 1 ano	Total em 31/12/2020	31/12/2019
Bancoob - Rotativo	31.871	4.454	36.325	-
TOTAL	31.871	4.454	36.325	-

Essa operação gerou para a Cooperativa uma despesa total de R\$ 565 em 31/12/2020.

14.3 Resultado das Relações Interfinanceiras / Obrigações por Empréstimos e Repasses:

As despesas dessas transações resultaram em 31 de dezembro de 2020 e 2019 os montantes conforme quadro abaixo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
BANCOOB - REPASSE	30.288	36.320
BANCOOB - EMPRÉSTIMO	565	-
MAPA	8.514	11.668
BRADESCO	30	79
TOTAL	39.397	48.067

15. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Cobrança em Trânsito de Terceiros (a)	746	690
Ordens de Pagamento (b)	56.280	39.815
Recebimento de convênios a repassar (c)	416	625
TOTAL	57.442	41.130

(a) Títulos de cobrança recebido de terceiros para liquidação de contratos.

(b) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

(c) Recebimentos efetuados por conta de terceiros, tais como arrecadação de tributos ou encargos, recebimentos de carnês, bilhetes de seguro, contas de água, luz, telefone e outros a serem repassados

16. Outras Obrigações

16.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
IOF a Recolher	38	1.486
Operações com Títulos e Valores Mobiliários	8	19
Recebimentos de Tributos Estaduais e Municipais	151	80
TOTAL	197	1.585

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido de tributos de convênios Estaduais e Municipais a serem repassados

16.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão Para Participações Nos Lucros (a)	16.402	10.226
Resultado de Atos Com Associados (b)	39.130	33.043
Resultado de Atos Com Não Associados (b)	944	4.211
Cotas de Capital a Pagar (c)	26.265	20.336
TOTAL	82.741	67.816

(a) Refere-se a provisão participação no resultado dos empregados conforme acordo coletivo.

(b) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(c) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

16.3 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

As obrigações fiscais correntes e diferidas são referentes a Impostos e Contribuições a recolher, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações, assim compostas:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Imposto e contribuições s/ lucros a pagar	1.706	-
Imposto e contribuições s/ serviços de terceiros	1.060	1.011
Imposto e contribuições s/ salários	4.843	4.876
IRRF sobre Aplicações Financeiras	1.025	1.181
IRRF sobre Juros ao Capital	189	868
Outros	996	779
TOTAL	9.819	8.715

16.4 Diversas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	5.847	3.091
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	23.845	18.573
Provisão para Pagamentos a Efetuar	21.631	21.805
Despesa de Pessoal	10.937	11.477
Água/Energia/Gás	148	96
Assessoria Técnica	4	12
Aluguéis	1.154	981
Custódia de Valores e Bens	233	-
Comunicações	206	211
Promoções e Relações Públicas	368	81

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Propaganda e Publicidade	470	893
Segurança e Vigilância	215	146
Manutenção e Conservação de Bens	77	100
Transporte	501	590
Seguro	241	297
Plano de Saúde	39	42
Serviços Gráficos	10	-
Compensado	981	1.002
Seguros a Recolher	33	32
Seguros Prestamista	3.380	3.181
Provisão de cartões a Pagar	1.538	1.448
Outras Despesas Administrativas	807	1.084
Ordem de Pagamento – Encerramento Conta Salário	289	132
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	23.182	17.598
Credores Diversos - País	22.126	19.295
Pagamento a Processar	4.556	2.560
Pendências a Regularizar – Bancoob	7.137	716
Crédito de Terceiros	399	105
Valores a Pagar Arrecadação	75	91
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	277	294
Taxa de Gravames a Repassar	26	-
Valores a Liquidar – Parcelas Crédito Consignado	44	81
Cheques Depositados	2.248	6.824
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	6.975	7.988
Fatura Sicoobcard a pagar	84	37
Outros	305	599
TOTAL	96.631	80.362

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em **31 de Dezembro de 2020**, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 629.024 mil (R\$ 507.025 mil em **31/12/2019**), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Curto Prazo	17.769	13.148
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas – Longo Prazo	5.413	4.450
TOTAL	23.182	17.598

16.5 Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	17.174	17.259	17.014	17.100
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	1.928	2.067	2.041	2.169
Outros	1.692	1.177	1.815	992
TOTAL	20.794	20.503	20.870	20.261

(a) PIS e COFINS - quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS

Segundo a assessoria jurídica do **Sicoob - ES**, existem processos judiciais nos quais as cooperativas singulares figuram como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 5.276 mil.

17. Instrumentos financeiros

O **SICOOB ES** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

18. Patrimônio líquido

(a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
De Domiciliados no País	1.054.190	991.650
(-) Capital a Realizar	(13.295)	(8.616)
Capital Social	1.040.895	983.034

(b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, conforme percentual de cada Cooperativa no quadro abaixo, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

Cooperativa	Percentual (%)
Sicoob Central ES	10
Sicoob Sul-Litorâneo	55
Sicoob Sul	55
Sicoob Leste Capixaba	55
Sicoob Centro-Serrano	55
Sicoob Norte	55
Sicoob Sul-Serrano	55
Sicoob Credirochas	55

(c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

Movimentação FIS	31/12/2020	31/12/2019
Saldo Inicial do FIS	3.254	2.335
Constituição	2.842	2.382
(-) Utilização FIS	(1.914)	(1.463)
Saldo Final FIS	4.182	3.254

(d) Reserva Contingência

Constituída na AGO 2020 com as sobras de 2019 pelas Cooperativas Sicoob Centro Serrano, Sicoob Norte, Sul Serrano e Sicoob Credirochas, no montante de R\$ R\$ 20.773 mil, tem como objetivo prevenir possíveis perdas da Cooperativa com agravamentos de risco de crédito em virtude de operações renegociadas ou liberadas por consequência da pandemia da COVID19 e com prazo de utilização até a AGO 2023.

(e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas em 2019, os cooperados das singulares e cooperativas integrantes da Central, deliberaram pelo aumento do capital social com sobra do exercício findo em **31 de dezembro de 2019**, no valor de R\$ 69.104 mil e 28.010 mil foi destinado a reserva legal.

(f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	320.121	271.281
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	(912)	(4.211)
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	319.209	267.070
Total Reserva legal - 55%	(157.372)	(131.938)
Total Fundo de assistência técnica, educacional e social – 5%	(14.738)	(12.369)
Fundo Investimento Social – 1%	(2.842)	(2.382)
Utilização do FIS	1.914	1.463
Sobras após as destinações estatutárias e legais	146.171	121.844

(g) Demonstração do resultado de Atos Cooperativos e Não Cooperativos

O resultado do período da cooperativa será apresentado no quadro segregado em ato cooperativo (Ato Coop.) e Ato Não Cooperativo (Ato Não Coop.):

Descrição	31/12/2020			31/12/2019		
	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.	Resultado do Período	Ato Coop.	Ato Não Coop.
Receitas (Ingressos) Operacionais	1.528.333	1.429.606	98.727	1.495.475	1.413.682	81.793
Despesas (Dispêndios) Operacionais	(824.369)	(806.317)	(18.052)	(848.932)	(832.218)	(16.714)
Despesas (Dispêndios) Operacionais proporcional a cada Ato	(360.165)	(336.898)	(23.267)	(359.942)	(340.253)	(19.689)
Resultado Operacional	343.799	286.391	57.408	286.601	241.211	45.390
Receita Não Operacional	8.090	-	8.090	3.492	-	3.492
Despesa Não Operacional	(24.410)	-	(24.410)	(18.211)	-	(18.211)
Resultado Não Operacional	(16.320)	-	(16.320)	(14.719)	-	(14.719)
Resultado Antes dos IRPJ/CSLL e Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	327.479	286.391	41.088	271.882	241.211	30.671
IRPJ/CSLL	(7.358)	-	(7.358)	(601)	-	(601)
Exclusões/Adições do Ato Cooperativo	-	33.730	(33.730)	-	27.290	(27.290)
Resultado do Período	320.121	320.121	-	271.281	268.501	2.780

19. Pagamento de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Juros ao Capital	27.364	55.774
IRRF sobre juros ao capital	(188)	(868)
Juros ao Capital – Associados Desligados	(634)	(1.252)
Creditado em Conta Corrente	(5.222)	(10.569)
Valor incorporado a conta capital (a)	21.320	43.085

20. Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços

Refere-se a receitas que a cooperativa recebe prestação de serviços de intermediação financeira, tais como, os recebimentos efetuados por conta de terceiros.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Cobrança	37.724	36.207
Rendas Transações Intercredis	6.257	6.195
Rendas de Cartões	14.140	12.203
Rendas de Convênios	3.548	3.072

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Serviços	13.882	10.259
Rendas de Tarifas	10.277	10.144
Comissão com Venda de Consórcios	7.921	5.598
Comissão com Venda de Seguros	31.643	23.992
Rendas Recebidas do Bancoob	8.512	5.148
Outras Rendas de Prestação de Serviços	1.909	2.944
TOTAL	135.813	115.762

21. Rendas (Ingressos) de Tarifas

Rendas de tarifas recebidas dos associados conforme tabela de tarifas e pacotes da Cooperativa.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Rendas de Pacotes de Serviços – PF	23.390	19.606
Rendas de Serviços Prioritários – PF	9.048	8.406
Rendas de Serviços Diferenciados – PF	1.182	2.154
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	70.863	56.922
TOTAL	104.483	87.088

22. Dispêndios/Despesas de Pessoal

São constituídas pelos salários, honorários, benefícios e encargos provisionados e pagos aos empregados da Cooperativa.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Honorários	(14.325)	(14.119)
Despesas com Pessoal – Benefícios	(25.833)	(25.269)
Despesa de Pessoal – Encargos Sociais	(30.452)	(29.790)
Despesa de Pessoal – Proventos	(81.832)	(78.005)
Despesa de Pessoal - Treinamento	(37)	(1.336)
Despesa de Remuneração de Estagiários	(2.820)	(2.690)
Total	(155.299)	(151.209)

23. Outras Dispêndios/Despesas Administrativas

São constituídas por despesas de manutenção de sua infraestrutura operacional tais como, água, luz, telecomunicações, publicações, processamento de dados, além de serviços financeiros, de suporte técnico, consultoria, dentre outros.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Água Energia e Gás	(4.546)	(4.919)
Despesas de Aluguéis	(16.034)	(13.920)
Despesas de Comunicações	(6.154)	(6.177)
Despesas de Manutenção e conservação de bens	(2.342)	(2.543)
Despesas de Material	(3.425)	(2.899)
Despesas de Processamento de Dados	(32.798)	(28.512)
Despesas de Promoções e Relações Públicas	(5.276)	(8.317)
Despesas de Propaganda e Publicidade	(6.606)	(9.256)
Despesas de Publicações	(80)	(123)
Despesas de Seguros	(387)	(278)
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	(38.877)	(42.520)
Despesas de Serviços de Terceiros	(11.198)	(12.772)
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	(13.429)	(12.087)
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	(13.447)	(8.562)
Despesas de Transporte	(6.870)	(6.944)
Despesas de ao Exterior	-	(6)
Despesas de Viagem no País	(724)	(1.387)
Despesas de Multas Aplicadas pelo Banco Central	(10)	-
Despesas de Amortização	(298)	(495)

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Despesas de Depreciação	(12.365)	(10.881)
Livros Jornais e Revistas	(33)	(58)
Condomínio	(249)	(218)
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(3.113)	(4.608)
Copa/Cozinha	(403)	(535)
Lanches e Refeições	(661)	(979)
Uniformes e Vestuários	(53)	(133)
Contribuição a Oce	(384)	(364)
Taxas da Junta Comercial	(16)	(25)
Impostos e Taxas	(902)	(1.678)
Sistema Cooperativista	(1.096)	(1.091)
Mensalidades Diversas	(206)	(208)
Ações Judiciais	(550)	(939)
Contribuição Confederativa	(267)	(309)
Rateio Sicoob Confederação	(3.650)	(4.829)
Outras Despesas Administrativas	(333)	(360)
Total	(186.782)	(188.932)

24. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	9.725	8.736
Rendas de repasses Delcredere	5.900	4.631
Dividendos recebidos pelo Bancoob	8.995	16.105
Rendas de juros Cartão de crédito	23.709	23.677
Rendas multas por Atraso cartão de Crédito	3.313	3.140
Crédito Receita SIPAG – Faturamento	5.936	6.462
Crédito Receita SIPAG – Antecipação	4.790	5.934
Distribuição de Sobras da Confederação	-	19
Premiações	157	-
Outras Rendas Operacionais	81	106
Total	62.606	68.810

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, receitas com cartão de crédito e delcredere.

25. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Descontos Concedidos - Operações de Crédito	(14.681)	(19.637)
Correspondente Bancário	(705)	(986)
Cancelamento de Tarifas Pendentes	(8.874)	(6.954)
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	(1)	(3.917)
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes - Externas	(479)	-
Contribuição ao Fundo de Ressarcimento de Fraudes - Operacionais	(205)	-
Estornos Juros	(122)	(68)
Multas Juros Diverso	(27)	(35)
Perdas Fraudes Externas	(544)	(713)
Perdas Práticas Inadequadas	(1.618)	(166)
Tarifas recebimento de Convênios Diversos	(256)	(259)
Contribuição ao Fundo de Estabilidade Financeira do Sicoob	(25)	(5.056)
Outras Despesas Operacionais	(884)	(948)
Total	(28.421)	(38.739)

São despesas de provisões para descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob

ES.

25.1 Provisão/Reversão para Passivos Contingentes

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para Passivos Trabalhistas	(123)	(157)
Provisão para Passivos Contingentes	(652)	(575)
Reversão de Provisão para Contingências	1.011	770
TOTAL	236	38

Conforme prescreve o CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e Ativos Contingentes) a Cooperativa deve reconhecer em seu resultado as provisões de contingências dos seus processos judiciais, no qual, seus consultores jurídicos estabelecem como probabilidade de provável.

25.2 Provisão/Reversão para Garantias Prestadas

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	(25.892)	(22.168)
Reversão de Provisão de Garantias Financeiras Prestadas	20.308	18.035
TOTAL	(5.584)	(4.133)

Refere-se à contabilização, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. É concedido um aval a diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

26. Outras Receitas e Despesas

Consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Lucro em Transações Com Valores De Bens	657	868
Ganhos de Capital	365	1.064
Rendas de Aluguéis	216	116
Desvalorização de Outros Valores e Bens	6.190	1.236
Outras Receitas Não Operacionais	662	208
(-) Prejuízos na Alienação de Valores e Bens	(4.875)	(1.311)
(-) Perdas de Capital	(927)	(494)
(-) Desvalorização de Outros Valores e Bens	(18.198)	(14.452)
(-) Outras Despesas Não Operacionais	(410)	(1.954)
Resultado Líquido	(16.320)	(14.719)

27. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Operações ativas e passivas – saldo em **31/12/2020**:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida/Cheque Especial	51	(10)	0,06%
Títulos Descontados	7.884	(152)	4,30%
Crédito Rural	3.684	(32)	0,59%
Empréstimo	33.176	(809)	0,77%
Financiamento	2.786	(21)	0,30%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	18.882	0,70%	-
Depósitos a Prazo	90.147	2,23%	80% a 110% CDI
Letra de Crédito Agronegócio - LCA	2.719	0,77%	86% a 100% CDI
Letra de Crédito Imobiliário - LCI	1.286	2,18%	88% a 100% CDI

b) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

NATUREZA DAS OPERAÇÕES ATIVAS E PASSIVAS	TAXAS APLICADAS EM RELAÇÃO ÀS PARTES RELACIONADAS	TAXA APROVADA PELO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / DIRETORIA EXECUTIVA
Cheque Especial / Conta Garantida	1,50% a 6,97% am	1,50% a 6,97% am
Cheque Especial/Conta garantida (com garantia real)	1,20%am a 2,99% a.m	1,20%am a 2,99% a.m
Desconto de Recebíveis (Cheque, Duplicata e Cartão)	0,75% a.m. à 3,50% a.m	0,75% a.m. à 3,50% a.m
Consignado	0,49%am a 1,75% am	0,49% a 1,75%
Empréstimos	0,40% am a 8,20% a.m.	0,40% am a 8,20% a.m.
	0,00%am + CDI a 3,50%am + CDI	0,00%am + CDI a 3,50%am + CDI
Vendas de Bens não de uso Próprio – imóvel	0,49%	0,49%
	CDI + 0,00%	CDI + 0,00%
Financiamentos	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI	0,20%am + CDI a 3,00% am+ CDI
Renegociações	CDI + 0,60% a.m	CDI + 0,24% a.m à 3,99% a.m
Crédito Rural - RPL	8,5%aa % am a 19,99% a.a	8,5%aa % am a 19,99% a.a.
Crédito Rural - Repasses	3,00%aa a. 12,00 a.a. + TR	3,00%a.a a. 12,00 a.a. + TR
Aplicações Financeiras – RDC Longo CDI	80% a 110% CDI	80% a 110% CDI
Aplicações Financeiras - LCA	86% a 100% CDI	86% a 100% CDI
Aplicações Financeiras - LCI	88% a 100% CDI	88% a 100% CDI

(c) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Cheque Especial	158
Conta Garantida	75.394
Empréstimos	141.895
Direitos Creditórios Descontados	365
Financiamentos	14.340

(d) Em 31/12/2020, os benefícios monetários e não monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários, custeio parcial de plano de saúde, seguro de vida e previdência privada, apresentando-se da seguinte forma:

BENEFÍCIOS MONETÁRIOS NO EXERCÍCIO DE 2020 (R\$ mil)	
Honorários e Cédula de Presença	11.952
Salário/Remuneração	1.722
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	665

O Sicoob combinado ES Cooperativa apresenta os valores de transação com as partes relacionadas que teve com o Bancoob, onde é acionista e está presente com representante no conselho de administração.

Transações com Bancoob	31/12/2020	31/12/2019
Ativo	3.160.340	2.130.004
Disponibilidades	3	49
Depósitos Interfinanceiros	2.338.159	1.552.428
Cotas de Fundos de Renda Fixa	822.178	577.527
Passivo	563.803	545.388

Transações com Bancoob	31/12/2020	31/12/2019
Obrigações por empréstimos	36.325	-
Relações Interfinanceiras	527.478	545.388

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de

definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo o valor do Patrimônio de Referência e o índice de Basileia de cada Cooperativa do Sistema Sicoob ES:

Cooperativa	Índice da Basileia		Patrimônio de Referência	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Sicoob Central ES	15,00%	16,00%	175.116	141.549
Sicoob Sul-Litorâneo	32,54%	39,56%	106.228	94.085
Sicoob Sul	33,36%	40,06%	365.434	317.616
Sicoob Leste Capixaba	28,06%	34,07%	531.032	463.341
Sicoob Centro-Serrano	22,59%	26,17%	199.530	176.797
Sicoob Norte	29,56%	29,92%	198.126	184.341
Sicoob Sul-Serrano	28,67%	34,38%	399.482	351.007
Sicoob Credirochas	22,16%	25,02%	127.032	105.495
Média/Total	26,49%	30,65%	2.101.980	1.834.231

Vitória-ES, 12 de fevereiro de 2021

Bento Venturim
Diretor Presidente
CPF: 425.679.127-20

Nailson Dalla Bernadina
Diretor Executivo
CPF: 077.720.547-50

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Aos Administradores e aos Cooperados do

Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - SICCOB ESPÍRITO SANTO

Vitória/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Sistema de Cooperativas de Crédito do Espírito Santo - Sicoob Espírito Santo (Sistema Sicoob ES), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis combinadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sistema Sicoob ES em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações contábeis combinadas estabelecidas pela Resolução CMN nº 4.151, de 30 de outubro de 2012 e regulamentações complementares do Banco Central do Brasil, descritas nas Notas Explicativas nº 2 e nº 3.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 que descreve que as demonstrações contábeis combinadas do SISTEMA SICCOB ES foram elaboradas pela administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.151/12 e regulamentações complementares do Bacen. Conseqüentemente, o nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis combinadas foi elaborado, exclusivamente, para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins. Nossa opinião não se modifica no que diz respeito a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 22 de fevereiro de 2021.



Júlio César Toledo de Carvalho

Contador CRC MG - 69.261/O

CNAI 1.953

Felipe Rodrigues Beiral

Contador CRC MG - 90.766/O

CNAI 2.994